

Temas Grupo de Trabalho da Portaria 445

Outubro de 2018

Tema 1: Principais espécies de uso econômico

Objetivos: Definir critérios para indicação da importância pesqueira das espécies (no passado, no presente e em cenário futuro de recuperação populacional). Aporte de informações de desembarques, comercialização e exportação, unidades produtivas, ocupação e renda, e outras (informações projetadas, estimadas, inferidas ou suspeitadas) sobre o uso passado e atual das espécies/recursos pesqueiros, incluindo informações fornecidas pelo setor pesqueiro. Propor modelo de ficha para consolidação dos dados e compilar, para cada espécie identificada como de interesse pesqueiro, informações relevantes para indicação da importância pesqueira das espécies. Identificar as principais pescarias que interagem com as espécies ameaçadas.

Andamento: O subgrupo responsável pelo Tema 1 identificou critérios que deveriam ser utilizados para a análise de espécies quanto à sua importância socioeconômica. Com base nestes critérios foram identificadas, dentre as 475 espécies listadas no Anexo I da Portaria 445, 47 espécies que devem ser tratadas de forma prioritária devido à sua importância social e econômica. A lista inclui tanto espécies que são alvo de captura quanto aquelas que são capturadas de forma incidental mas que possuem valor comercial. O subgrupo também construiu um modelo de ficha com as informações que deveriam ser coletadas junto a outros atores sobre o uso e importância destas espécies. Com base neste modelo foi realizada consulta aberta, via internet, para o aporte e consolidação de maiores informações sobre as espécies. No entanto, houve baixa participação da sociedade durante a consulta e poucas novas informações aportadas.

Tema 2: Critérios técnicos para avaliação da possibilidade de manejo das espécies

Objetivos: Definir critérios objetivos que permitam identificar regionalmente espécies cujo uso sustentável possa ser autorizado, considerando a condição populacional e a capacidade produtiva dessas populações, outros impactos e outros fatores relevantes. Análise regionalizada das espécies de interesse pesqueiro (identificadas pelo Subgrupo 1) quanto à possibilidade de pesca dirigida e de aproveitamento como componente de fauna acompanhante. Definição dos modelos de Planos de Recuperação, com base nas experiências pretéritas e identificação dos planos prioritários a serem elaborados para assegurar o uso sustentável de espécies sujeitas à pesca dirigida ou à captura como fauna acompanhante.

Andamento: O subgrupo 2 realizou duas reuniões presenciais para a construção do modelo de critérios técnicos. Os resultados foram apresentados em reuniões plenárias do GT e reenviados para o subgrupo para aprimoramento. O produto final contém uma série de perguntas objetivas, com respostas fechadas, que devem ser respondidas para cada espécie, abrangendo aspectos da atividade pesqueira, de governança e

sobre a biologia e ecologia da espécie. São atribuídos valores a cada resposta e o somatório final indicaria diferentes cenários quanto à possibilidade de regulamentação do uso de cada espécie. No entanto, após o trabalho realizado, a Plenária do GT recomendou que a decisão quanto à possibilidade de uso das espécies deverá ser feita unicamente no âmbito da construção de Planos de Recuperação. Em sequência a esta decisão, foi construído e aprovado um modelo de Plano de Recuperação, que tem sido utilizado como base para os Planos produzidos em 2018.

Tema 3: Gestão da captura incidental

Objetivos: Identificar as espécies listadas no Anexo I da Portaria 445 com ocorrência nas capturas de pescarias direcionadas a outras espécies (recursos pesqueiros). Dimensionar/quantificar/qualificar as capturas incidentais por espécie em cada pescaria, em especial das espécies de interesse pesqueiro definidas no Tema 1, considerar também informações fornecidas pelo setor pesqueiro. Identificar experiências internacionais relacionadas à gestão da captura incidental. Propor medidas para minimizar as capturas incidentais, tais como utilização de dispositivos de redução de *bycatch* e áreas de conservação e reprodução de espécies (ACRE). Propor medidas de gestão das capturas incidentais, tais como limites quantitativos/percentuais para retenção a bordo, mudança de áreas de pesca devido à ocorrência de capturas incidentais, etc. Propor medidas e procedimentos para o controle e rastreabilidade das espécies e quantidades capturadas conforme sua destinação (descarte, comercialização, pesquisa ou filantropia).

Andamento: Em diversas ocasiões o setor pesqueiro tem apresentado demandas relacionadas à regulamentação da captura incidental de espécies listadas na Portaria 445, especialmente nas modalidades de pesca menos seletivas. Foram identificadas as espécies de importância social e econômica que são capturadas de forma incidental, mas este trabalho precisaria ser refinado, preferencialmente com análise quantitativa. Além disso, uma das instituições participantes do GT produziu um documento onde são apresentadas estratégias para redução de *bycatch* utilizadas nos EUA, Canadá e pela Comissão para a Conservação dos Recursos Vivos Marinhos Antárticos. No momento o foco principal do GT tem sido nos Temas 1 e 2, especialmente a respeito da produção e implementação dos Planos de Recuperação. Após esta primeira rodada de publicação de Planos de Recuperação e normas de ordenamento pesqueiro as discussões relacionadas ao Tema 3 serão retomadas.

Tema 4: Implementação de Planos de Recuperação em Unidades de Conservação

Objetivos: Identificar Unidades de Conservação de Uso Sustentável que apresentam condições favoráveis de governança e gestão da pesca dirigida a espécies que atendam os critérios estabelecidos pelo subgrupo do Tema 2. Propor medidas e condições necessárias para o sucesso do manejo de espécies nas Unidades de Conservação de Uso Sustentável, por meio da implementação de Planos de Recuperação.

Andamento: O tema foi trazido como demanda principalmente do ICMBio e dos representantes da pesca artesanal. Após discussões iniciais, ambas as partes optaram por realizar as discussões relacionadas a este tema em outro Grupo de Trabalho que está em andamento.

Tema 5: Monitoramento da interação da pesca com espécies ameaçadas

Objetivos: Levantar os instrumentos e ações de monitoramento pesqueiro em curso das principais pescarias que interagem com espécies ameaçadas de extinção. Identificar bases de dados de monitoramento da pesca que podem subsidiar a avaliação das tendências populacionais ao longo do tempo. Avaliar se os instrumentos e ações de monitoramento existentes contemplam as espécies ameaçadas de extinção. Indicar adequações ou implementação de monitoramentos para a avaliação e acompanhamento da abundância das populações. Identificar métodos analíticos passíveis de serem aplicados para fins de avaliação do estado populacional.

Andamento: Foram realizadas apresentações sobre programas de monitoramento vigentes com representantes de São Paulo (Instituto de Pesca), Paraná (Fundepag), Santa Catarina (Univali), Rio de Janeiro (Fiperj), além do ICMBio e da organização não-governamental Oceana Brasil. Os Planos de Recuperação das espécies devem propor ações de monitoramento, e discussões e/ou recomendações específicas para as espécies farão parte destes documentos.

Coordenação: consulta via e-mail.

Entrega 5.1: avaliar a partir dos planos de recuperação construídos, e com base nos resultados obtidos no SG3, o mapeamento do ferramental necessário para o monitoramento com espécies ameaçadas e integração e esforços (automonitoramento, mapa de bordo, observador de bordo, projetos CNPq, integração de base de dados e rastreabilidade)

Entrega 5.2: recomendar medidas para aperfeiçoamento dos arranjos para monitoramento, com base na Entrega 5.1

Tema 7: Outros Impactos que afetam as espécies ameaçadas

Como este tema será abordado pelo GT?

Criação de Subgrupo sob coordenação da CPP (Maria José Pacheco)

Produtos:

Entrega 7.1.: Análise dos principais impactos que afetam o maior número de espécies

Entrega 7.2.: Elaborar e apresentar recomendações a outras áreas e instituições que não estão ligadas aos debates da 445, mas que podem afetar diretamente na recuperação das espécies

Entrega 7.3.: Consolidação de todas as ações apresentadas nos Planos de Recuperação sobre os outros impactos

Entrega 7.4.: Propor medidas a serem absorvidas pelos Planos de Recuperação

Tema 6: Políticas Públicas

Que tipos de políticas públicas podem ser indicadas? Buscam-se recomendações do GT.

Valorização de quem realiza as boas práticas.

Objetivos: Tema geral onde devem ser discutidas a produção de políticas públicas favoráveis à implementação das medidas de conservação, recuperação e gestão das espécies da Portaria 445. Devem ser discutidos temas como ações de comunicação e divulgação relacionadas à Portaria 445 e normativas subsequentes, ao reconhecimento e incentivo à boas práticas adotadas pelos pescadores e outros atores relevantes, fortalecimento de sistemas de gestão comunitária, entre outros.

Andamento: O entendimento da Plenária do GT foi que este tema deveria ser discutido após os demais, uma vez que seria necessário primeiro identificar as recomendações dos demais temas para então definir quais políticas seriam mais relevantes para o sucesso da estratégia de conservação e gestão das espécies da Portaria 445. Até o momento o foco principal do GT tem sido nos Temas 1 e 2, especialmente a respeito da produção e implementação dos Planos de Recuperação.